



Plano de Carreira: luta dos servidores do INSS e Ministério da Saúde continua

A eleição de um trabalhador para a presidência do Brasil acendeu a esperança nos milhares de servidores públicos federais espalhados por todo o país. Embora, com ganho financeiro, os trabalhadores do INSS perderam a conquista histórica das 30 horas. No MS, a situação é pior. Os trabalhadores, que recebem o segundo pior salário do Executivo Federal, também são obrigados a fazer 40 horas. O governo não se sensibilizou nem com a greve do INSS no meio do ano passado, nem com as várias caravanas de trabalhadores do

MS a Brasília entre dezembro e março deste ano, tampouco com as várias rodadas de negociações que as entidades fizeram nos Ministérios do Planejamento, da Saúde e do INSS. Diante deste quadro, os desafios dos servidores do INSS e do MS continuam. Nossa pauta de reivindicação, não resolvida neste governo, precisa avançar para garantirmos de fato e direito nosso Plano de Carreira, além de uma carga horária justa e condições dignas de trabalho.

◀ PÁGS. 6 E 7

Servidores do INSS enfrentam más condições de trabalho

Goiás sedia Seminário sobre Seguridade Social e Saúde do Trabalhador

PÁGS. 3 E 4

Prestação de Contas

PÁGS. 8 E 9

Mandado de Injunção nº 880 - SINTFESP informa: Primeiro passo é conversão do tempo especial em tempo comum

PÁG. 10

SINTFESP alerta servidores sobre regras para concessão de aposentadoria

28,86%: SINTFESP exige pagamento a todos os filiados

PÁGS. 11 E 12



Servidores(@s),

O Brasil vive, neste ano, o momento mais importante desde a redemocratização, há pouco mais de 20 anos. Mais importante porque nesse período vivemos e vivenciamos diferentes governos. Vivemos o governo da abertura do mercado brasileiro às importações e do dismantelamento do funcionalismo (era Collor), das privatizações, em nome do Estado mínimo e da subserviência ao capital internacional (era FHC), e o governo do fortalecimento do Estado, que possibilitou ao Brasil sobreviver à maior crise econômica mundial desde 1929, de maior e melhor distribuição de renda (era Lula).

Todos os indicadores mostram que nos últimos oito anos o Brasil experimenta crescimento em todos os setores da economia, com recordes em criação de empregos formais, inclusão e mobilidade social de milhões de pessoas e respeito internacional. Aliás, nesse quesito, de coadjuvante, o Brasil passou a ser protagonista na mediação de crises e conflitos envolvendo grandes

e fortes atores globais e a liderar os países sul-americanos, reescrevendo a geopolítica mundial.

Nós, servidores públicos federais, também ganhamos. Ganhamos com a instalação da Mesa Nacional de Negociação no Ministério do Planejamento e das Mesas Setoriais no Ministério da Previdência Social e do INSS, e do SUS no Ministério da Saúde, o que possibilitou a abertura de um canal de negociação, paralisado durante oito anos do Governo FHC.

Nós, servidores do INSS, segundo um estudo encomendado pelo SINTFESP ao DIEESE, tivemos a reposição significativa na Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), parcela variável que chega a 72% da remuneração. Contudo, perdemos a conquista histórica da carga horária de 30 horas e o pior, a instalação da “polícia” nos locais de trabalho, conhecida também por ponto eletrônico. Esse quadro é preocupante, pois não podemos fazer planejamento de longo prazo por não sabermos quanto realmente vamos receber a cada seis meses.

Nós, servidores do Ministério da Saúde, de acordo com o mesmo estudo do DIEESE, tivemos a tabela salarial que estabelece a segunda pior remuneração do Executivo Federal. Ao longo desses dois anos estivemos em luta pela conquista da carreira e revisão das tabelas. Os últimos 60 dias foram marcados por intensas conversas no Ministério do Planejamento em torno do ajuste de tabelas, proposta do Governo para melhorar a estrutura da tabela do PST, sem êxito, pois não conseguimos construir o Projeto de Lei que pudesse garantir recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011.

Diante desse quadro o que fazer? Temos experiências e vivências de modelos de governos e chegou a hora de decidir o que queremos para o nosso país, sem, evidentemente, deixar para trás a pauta de reivindicações que ficaram pendentes neste governo.

A decisão é nossa, vamos à luta!

Todos juntos na defesa da Seguridade Social

O 5º Congresso da CNTSS veio demonstrar, na prática, a forte atuação da gestão que se encerrou (2007-2010), e o compromisso assumido da ampliação da base. Tivemos, nesse Congresso, a participação de todos os setores que compõem nossa Confederação: federais, estaduais, setor privado, categorias, agentes comunitários (de saúde, endemias e saúde indígena) como também a inclusão de todas as 5 regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Não foi tarefa fácil, porém necessária.

Essa composição, além de garantir a representatividade dos setores e regiões, vem ampliar as nossas ações, atividades e participação nos mais diversos espaços, dentro e fora do país, na defesa da Seguridade Social como direito à democracia, como também consolidar ainda mais o nosso ramo.

Os desafios são muitos: temos como proposta uma atuação mais contundente nas políticas públicas, com enfoque nos direitos à cidadania e, sem titubear, a defesa intransigente de um Sistema de Seguridade Social eficiente e eficaz a partir de um Estado Forte, que abranja do Oiapoque ao Chui e

não apenas a uma pequena parcela da sociedade.

O nosso papel, além da defesa inesgotável dos direitos dos trabalhadores, também será ampliar nosso diálogo com a sociedade, para que se torne cada vez mais claro qual Estado temos, queremos, precisamos e defendemos.

Estamos juntos com a CUT Nacional, apoiando a Agenda da Classe Trabalhadora, documento unificado das centrais sindicais com propostas políticas e econômicas que os trabalhadores querem ver implementadas no Brasil no próximo período.

Este segundo semestre teremos vários, importantes e decisivos desafios a serem enfrentados e com certeza este sindicato como sempre fez, não



deixará de estar à frente de cada um deles, representando toda nossa categoria. Com certeza a CNTSS estará junto em todos os momentos e em todas as lutas.

Maria Aparecida Farias
Presidente da CNTSS/CUT



SINTFESP presente no 5º Congresso da CNTSS/CUT

Os diretores do SINTFESP Luís Carlos Campos (Jurídico), Joseneide Florêncio Ramos e José Vilmar Sandim (Imprensa e Divulgação), Terezinha de Jesus Aguiar (Organização) e Rivadável Moreira Martins (suplência Administração e Finanças) participaram do 5º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, realizado em

São Paulo, no início de junho. Durante o evento, Terezinha Aguiar foi eleita vice-presidente da entidade para o biênio 2011-2013.

Joseneide apontou a reeleição de Maria Aparecida Farias à presidência da Confederação e a eleição de Terezinha para a vice-presidência, como destaque do Congresso. “É importante a participação de

uma representante do SINTFESP na direção da CNTSS porque agiliza o acesso às informações e fortalece o movimento em Goiás. A permanência de Maria Aparecida também é importante porque possibilita a continuidade dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos, principalmente no que se refere às negociações em Brasília”, enfatizou.

Servidores do INSS enfrentam más condições de trabalho



Os servidores do INSS, lotados no Centro de Documentação da Previdência (CedocPrev), em Goiânia, denunciaram ao SINTFESP as lamentáveis condições do local onde trabalham. Os funcionários, que preferiram não se identificar por medo de represálias, trabalham com a organização dos processos que estão amontoados no Arquivo do Instituto e se acomodam entre as caixas e objetos amontoados na sala fechada, sem qualquer tipo de ventilação, no meio da desorganização e do mau cheiro.

No espaço, que acabou virando um depósito, estão jogados computadores, máquinas, prateleiras, entre outros materiais que não são mais usados nas agências e são despejados no local. Devido ao ambiente insalubre, os servidores usam luvas, máscaras e jalecos para manusear papéis e equipamentos, evitar doenças e não comprometer o serviço. Apesar da proteção, alguns deles já estão com problemas respiratórios e alergias por causa do local de trabalho. A deficiência e o descuido em relação às instalações são tão grandes que nem mesmo itens básicos como mesas e cadeiras limpas para os servidores trabalharem são encontrados no espaço.



Problema se estende às APS's

O problema não está restrito ao Arquivo do INSS, pelo contrário, faz parte também do cotidiano dos trabalhadores das agências do Instituto. No início do ano, o SINTFESP esteve em visita às agências Centro, Universitário, Oeste e Aparecida de Goiânia e conferiu a precariedade na estrutura dos prédios, no sistema do órgão e principalmente nos materiais de consumo.

Nas APS's, é possível perceber rachaduras, ferrugem, infiltrações, paredes descascadas, portas e vidros quebrados e até

mesmo focos de dengue por causa do descuido. Os materiais de consumo como café, água e materiais de limpeza, são comprados pelos próprios servidores no início do ano, principalmente, para que os pensionistas e aposentados não sofram com a escassez. Quanto ao sistema, a conexão é falha e o serviço fica prejudicado pela lentidão, o que causa acúmulo de processos. Além disso, na maioria dos casos, o espaço físico ainda é pequeno para a demanda de atendimentos.



Agenda Sindicato



Reunião de Aposentados

Com o objetivo de discutir os diversos assuntos de interesse dos aposentados, o SINTFESP promove reunião toda última quarta-feira do mês, sempre às 15h, com servidores aposentados filiados à entidade. No encontro também são comemorados os aniversariantes do mês. Venha participar.

PRÓXIMAS REUNIÕES

29 de setembro | 27 de outubro
24 de novembro | 29 de dezembro

Agenda sujeita a alterações comunicadas previamente.



CUT lança Plataforma para as Eleições 2010



Plataforma da CUT para as Eleições 2010

Desenvolvimento sustentável: o direito de viver com qualidade e dignidade. Esta é a Plataforma da CUT com vistas às eleições de outubro, embasada no acirramento da disputa de projetos distintos para o país.

O presidente da CUT Nacional, Arthur Henrique, diz que o objetivo da Plataforma é intensificar a estratégia de luta “para consolidar um modelo de desenvolvimento que tenha como elementos decisivos a valorização do trabalho e a participação popular”. Ao defender as diretrizes da Plataforma, Arthur Henrique brada “não permitiremos retrocessos aos avanços conquistados nos últimos oito anos”.

A Plataforma está ancorada em três Diretrizes Gerais: Valorização do Trabalho; Igualdade, Distribuição de Renda e Inclusão Social; e Estado Democrático com caráter público e participação ativa da sociedade.

A CUT entregará, nas próximas semanas, a Plataforma aos candidatos à Presidência da República, conforme suas agendas, e buscará o comprometimento de todos com as diretrizes, elaboradas coletivamente nos fóruns e entidades filiadas.

Goiás sedia seminário sobre Seguridade Social e Saúde do Trabalhador

Goiânia sediou nos dias 5 e 6 de agosto, o Seminário Macrorregional de Seguridade Social no Brasil e Saúde do Trabalhador, promovido pela Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT. O seminário contou com representantes dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal e abordou, entre outras temáticas, o crescimento dos casos de afastamento do trabalho por distúrbios mentais, transtornos emocionais, doenças do sistema nervoso e problemas no sistema digestivo.

O evento é uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), juntamente com o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) e acontecerá até o dia 12 de novembro nas cidades de Ceará, Recife, Goiás, Florianópolis, Vitória, Pará, Amazonas e São Paulo.

O objetivo é socializar as informações acerca da Seguridade Social no Brasil, que envolvam as políticas de proteção social, saúde, trabalho, previdência e

assistência social; mobilizar as entidades filiadas à Central nos ramos econômicos e a CUT nos Estados, buscando o fortalecimento dos Coletivos de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, além de unificar as ações sindicais no controle social nas diversas políticas públicas para garantir a ampliação e a efetiva garantia de direitos.

Segundo a diretora de Organização do SINTFESP e Secretária de Saúde da CUT/GO, Terezinha Aguiar, a CUT pretende, com os Seminários, colocar o tema na agenda sindical, estimulando as entidades a intervir nas questões que tratam da saúde do trabalhador.

“As entidades que representam os trabalhadores precisam ser pró-ativas na defesa da saúde do trabalhador; seja interferindo diretamente nos locais de trabalho, ou levando o tema para as negociações coletivas com o patronato, mas agir de forma firme por uma política de saúde mais eficaz para o trabalhador”, explica.

I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social

Será realizada entre 01 e 05 de dezembro deste ano, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, a I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social. O evento vai reunir representantes

do governo e da sociedade civil organizada, nas áreas de saúde, de previdência e de assistência social, com o tema “Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social”.

CNTSS elege Coletivo Nacional das Trabalhadoras da Seguridade Social



Durante o Encontro das Mulheres Trabalhadoras da Seguridade Social, realizado em São Paulo, no início de junho, na abertura do 5º Congresso da CNTSS/CUT, foi eleito o Coletivo Nacional das Trabalhadoras da Seguridade Social.

No Encontro foi definido também que será construída uma plataforma de luta das mulheres da seguridade social de todas as regiões do país, a partir do diálogo sobre as questões locais.

Segundo a secretária de Mulheres da CNTSS, Célia Regina Costa, “o Coletivo terá como desafio, junto com a Secretaria, implementar os planos de ações a partir das plataformas regionais”. O Coletivo Nacional de Mulheres terá 02 representantes para a Região Sudeste, 02 para a Nordeste, 01 para o Centro-Oeste, 01 para a Região Norte e 01 para a Região Sul.

Fonte: CNTSS

EXPEDIENTE

Diretoria de Organização e Política Sindical

Titular: Terezinha Aguiar - INSS

Suplente: Josias P. Dalto - M.S.

Diretoria de Administração e Finanças

Titular: João Augusto Neto - INSS

Suplente: Rivadável M. Marins - M.S.

Diretoria de Formação Sindical

Titular: Maria Cleusa de J. Silva - M.S.

Suplente: Mariselma Lemes Rocha - M.S.

Diretoria de Políticas Sociais, da Mulher, Raça e Etnia e Saúde do Trabalhador

Titular: Ângela Maria de Souza - INSS

Suplente: Maria do Socorro Souza - INSS

Diretoria de Imprensa e Divulgação

Titular: José Wilmar Sandim - INSS

Suplente: Joseneide F. Ramos - INSS

Diretoria de Assuntos Jurídicos

Titular: Luiz Carlos Campos - M.S.

Suplente: Antônio Rocha - M.S.

Diretoria de Esporte e Lazer

Titular: Sebastião de Oliveira Filho - INSS

Suplente: Rita Barros Galvão - M.S.

Diretoria de Aposentados

Titular: Pedro Gomes de Faria - M.S.

Suplente: Rozilda R. de Oliveira - M.S.

Conselho Fiscal

Dimas Macário Macedo - M.S.

Wilma Alves de Almeida - INSS

Mauro Oliveira Mota - INSS

Suplentes:

Irenilde Dias Macedo de Faria - INSS

Salomão Batista dos Santos - M.S.

Helena Rodrigues Mendonça - INSS

Reportagens: Nara Serra e Wanja Borges

Edição: Nara Serra e Ivana Leal

Revisão: Jane Greco

Diagramação/arte: Romario Torres

Fotos: Arquivo Sinfesp, CNTSS e CUT

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Clonne Gráfica e Editora Ltda



Travessa César Baiocchi Sobrinho, Qd. F-19, Lt. 10,
Setor Sul, Cep: 74080-130 Goiânia-Go
Fone: (62) 3224.8232

Site: www.sinfesp.org.br | E-mail: sinfesp@sinfesp.org.br

Em setembro, o SINTFESP realizará seminários com os seguintes temas:



Conhecendo a Força de Trabalho no SUS

Objetivo geral:

- Discutir o processo de recomposição da força de trabalho no SUS
- Discutir responsabilidades de cada esfera de governo Federal, Estadual e Municipal na recomposição dessa força de trabalho (no SUS)
- Discutir o processo de financiamento dessa força de trabalho no SUS

Justificativa:

O processo de fortalecimento e a consolidação do SUS são de responsabilidade de cada esfera de governo – Federal, Estadual e Municipal – que têm um papel a cumprir. Neste sentido é fundamental apontar propostas alternativas para a recomposição da força de trabalho nas três esferas de governo.

Público-alvo:

- Entidades de Saúde
- Servidores representantes no local de trabalho
- Entidades Sindicais SUS – SINDSAÚDE



GEAP

Objetivo Geral:

- Discutir a situação jurídica da GEAP diante do Mandado Segurança nº 25.855
- Discutir a composição do CONDEL e o MS-25.855 com proposta de alteração estatutária

Justificativa:

Diante do Mandado de Segurança 25.855, faz-se necessário fortalecer o caráter solidário que a GEAP exerce no cuidado das vidas dos servidores públicos federais. Neste sentido é fundamental apontar uma alternativa que assegure a efetiva participação de todas as patrocinadoras nos fóruns de controle da Entidade.

Público-alvo:

- Conselheiros/as representantes das Entidades Sindicais conveniadas com a GEAP e representantes dos servidores/as nos locais de trabalho
- Servidores da base sindical
- CONDSEF e SINDSEP-GO



Sede Recreativa

Os sindicalizados do SINTFESP têm uma boa opção de lazer e confraternização: a Sede Recreativa do Sindicato. Localizado a 10 km de Goiânia (próximo a BR-153), o espaço oferece campos de futebol e vôlei, piscinas, área de churrasco e salão de eventos a seus filiados e dependentes aos sábados, domingos e feriados das 8h às 18h. De segunda a sexta-feira, a SRS está disponível para aluguel de particulares e convidados. Venha conhecer e desfrutar deste espaço que também é seu.

Reservas e mais informações: (62) 3224-8232



Plano de Carreira: luta dos serv

O governo federal não cumpriu o acordo feito em 2008 de implantação
A carga horária aumentou e as gratificações

GDASS compõe a maior parte da remuneração no INSS

Entraram em vigor no mês de junho as novas Tabelas Salariais para os servidores do Seguro Social, aprovadas na Lei 11.907/09, conversão da MP 441. De acordo com os novos valores do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), o maior reajuste do Nível Superior, Classe Especial, foi de R\$ 55,54 para quem está no Padrão IV; e o menor, para a Classe A, Padrão I, foi de R\$ 36,45. Para o Nível Auxiliar, o efeito financeiro foi de R\$ 7,72.

Para os cargos de Nível Intermediário, os efeitos financeiros, com o novo ponto da GDASS ficaram assim: servidores da Classe Especial, Padrão IV, passaram a receber R\$ 36,63 de reajuste e os servidores da Classe A, Padrão I, passaram a receber R\$ 24,19.

Já para quem faz 30 horas, o maior efeito financeiro foi de R\$ 41,66 para os servidores de Nível Superior, Classe Especial, Padrão IV. O menor ficou com os servidores que estão na Classe A, Padrão I, que tiveram um efeito financeiro de R\$ 27,34 nos salários.

Para quem está no Nível Intermediário, os efeitos financeiros, a partir de junho foram: Classe

Especial, Padrão IV, R\$ 27,47; e Classe A, Padrão I, R\$ 18,14.

Para os servidores de Nível Auxiliar, os efeitos financeiros a partir de junho foram de R\$ 4,37 para quem está na Classe Especial, Padrão III. Em novembro, haverá nova mudança nas Tabelas, em função da variação dos pontos.

Para o SINTFESP, com a GDASS, os servidores do INSS estão impedidos de fazer projeções de longo prazo, uma vez que a estrutura remuneratória está amarrada numa gratificação variável e a maior parte dela (80 pontos) depende da capacidade de atingir a meta estabelecida pelo IMA GDASS, os outros 20 pontos são da avaliação individual. Nesse cenário, hoje, a gratificação de desempenho chega a 72% da



remuneração total dos servidores do INSS. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) defende que a GDASS não ultrapasse 30% da remuneração total.

Plano de Ação e Metas

Como se não bastassem todos os desgastes sofridos pelos servidores pela não implementação da Carreira e a luta contra a própria capacidade de trabalho imposta pela GDASS, mais um fator veio para piorar a vida do trabalhador: o Plano de Ação e Metas do INSS para 2010, que pode impactar negativamente tanto na avaliação institucional como na avaliação individual do servidor, uma vez que ele foi pensado e articulado apenas pelo Ministro da Previdência com o Presidente do INSS que o pactuou com os Superintendentes.

Estes o pactuaram com os Gerentes Executivos e os Gerentes firmaram compromissos com os gerentes da APS, que, por fim, fizeram reuniões "rápidas" com os servidores das Agências, que o receberam como um "pacote pronto". A profusão de dezessete indicadores tem exigências cada vez maiores dos gestores locais tão somente para atingir as metas, previstas no Plano de Ação.

O SINTFESP solicitou cópias pactuadas pelos Gestores e Gerentes do INSS. A GEX/Goiânia não disponibilizou alegando que a senha de acesso está liberada para os Gerentes das APS's e ao Gerente-Executivo. Anápolis ainda não respondeu ao ofício.

Análise

As negociações para os servidores do INSS, ao longo do Governo Lula, sempre estiveram voltadas para a promessa de reestruturação da carreira do Seguro Social e, para isso, na greve de 2005, foi negociada a instalação de um Grupo de Trabalho com objetivo de diagnosticar as atividades desenvolvidas, a força de trabalho, o número de ativos e aposentados, a situação funcional, a tabela remuneratória, identificar cargos e funções, a qualidade da prestação de serviços e o atendimento à população.

No início de 2006, foi aprovado um conjunto de diretrizes e normas que pudessem regular o desenvolvimento profissional, bem como a regulamentação da Avaliação de Desempenho como instrumento de Gestão e uma política de Estado. A CNTSS apresentou ao MPS/INSS, MS e MPOG uma proposta para as carreiras do Seguro e da Seguridade Social, mas, infelizmente, a proposta foi engavetada e até hoje estamos sem resposta por parte do Governo.

Em 2007, foi instalado um novo GT para discutir a regulamentação da GDASS e, mesmo sob protesto da CNTSS, foram instituídas as pontuações – 80 pontos para o desempenho institucional e 20

para o individual. Estava institucionalizada a produtividade em detrimento da evolução na carreira, fato que gera insegurança em um ambiente de oscilação salarial, com uma jornada de trabalho excessiva no atendimento ao público, que acaba por provocar o adoecimento dos servidores. E o que é pior, favorecendo o acirramento de perseguições, discriminações e conflitos interpessoais no âmbito do INSS.

Por justiça e respeito aos servidores, a Confederação continua a defender a jornada de 06 horas diárias para todos os trabalhadores do INSS, principalmente para aqueles que atendem ao público, nas Agências de Previdência Social (APS).

Como calcular a GDASS

Com o cumprimento de metas e a avaliação individual que atinja os 20 pontos, multiplique o valor de cada ponto por 100.

A tabela completa com os valores de cada ponto do mês de junho e de novembro/2010 está no site www.sintfesp.org.br.

servidores do INSS e MS continua

o das Carreiras para os servidores do INSS e do Ministério da Saúde. negociações tomaram conta do vencimento.

Tabela do Ministério da Saúde é a segunda pior do Executivo Federal

O conjunto de servidores que integram a Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho classificou de indecente o Projeto de Lei apresentado pelo governo às entidades em junho para a qualificação dos trabalhadores e manifestou ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, por meio da CNTSS, o descontentamento com a proposta. "Os sindicatos e a CNTSS entendem que a proposta do governo é discriminatória, porque estabelece formatos diferentes entre os níveis, e excludente por não contemplar os servidores do nível auxiliar e todos os aposentados, tanto do nível auxiliar, quanto do nível médio e nós não aceitamos isso", explica a diretora de Organização do SINTFESP e vice-presidente da CNTSS, Terezinha Aguiar.

Em julho, entraram em vigor as novas tabelas para os servidores do Ministério da Saúde e, ao contrário do que era esperado pelos trabalhadores, não vieram os ajustes prometidos na Cláusula 9ª do Termo de Acordo assinado em março de 2008, a Racionalização dos Cargos, Classes e Padrões; Progressão e Promoção; Desenvolvimento; Amplitude; Avaliação de Desempenho e Qualidade dos serviços prestados e especificidades dos órgãos integrantes da PST.

Pela nova tabela, o maior vencimento básico dos servidores de Nível Superior da Classe Especial, Padrão III, subiu para R\$ 2.314,04, e os da base salarial da Classe

A, padrão I, passaram a receber R\$ 1.241,21.

O maior vencimento dos servidores dos cargos de Nível Intermediário, Classe Especial, Padrão III, R\$ 1.604,75 e o menor, da Classe A, Padrão I, R\$ 1.206,27.

O valor do ponto da GDPST para os Cargos de Nível Superior ficaram assim: o maior para a Classe Especial, Padrão III, R\$ 33,3500; e o menor para a Classe A, Padrão I, R\$ 21,9100. Já para os Cargos de Nível Intermediário, os valores são de: Classe Especial, Padrão III, R\$ 13,0100 e Classe A, Padrão I, R\$ 10,9500. As tabelas completas estão publicadas no site do SINTFESP, www.sintfesp.org.br.

De acordo com o proposto às entidades pelo governo, o envio ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei atende os trabalhadores de nível superior, mas não os outros de nível médio e auxiliar, e também, os aposentados.

Pela proposta, o servidor de nível superior da ativa teria um aumento de R\$ 2.000,00 e o aposentado em final de tabela, de cerca de R\$ 1.400,00. Para os servidores de nível intermediário seria criada uma Gratificação de Qualificação, no valor de R\$ 250,00, a ser paga em 2011, mas o servidor só seria considerado qualificado se tivesse participado de curso com as atribuições do cargo efetivo com, no mínimo 180

horas/aula, de acordo com o Plano de Capacitação de cada órgão da Carreira. Para o nível auxiliar, a proposta não previa absolutamente nada e os aposentados foram excluídos. Em Goiás, dos dois mil trabalhadores pertencentes ao Ministério da Saúde, somente cerca de 100

Segundo Terezinha, a CNTSS vai continuar lutando por uma negociação que modifique e melhore a proposta do governo e, junto com os sindicatos, já foi elaborada uma pauta com as seguintes diretrizes:

- Que seja usada uma mesma metodologia de reajuste para os 03 níveis da CPST: Superior, Intermediário e Auxiliar;
- Não haja exclusão dos aposentados;
- Que não se exija quaisquer requisitos para obtenção desses ajustes financeiros na tabela;
- Nenhum obstáculo para debate sobre a Gratificação de Qualificação desde que esta não seja discriminatória e nem excludente;
- Após as eleições de outubro, elaborar um documento com propostas à LDO e entregar ao governo de transição.



Análise

A eleição de um trabalhador para a presidência do Brasil trouxe muitas expectativas para os servidores federais, que vinham de um período de discriminação que durou 12 anos, desde a era Collor, com a extinção de órgãos e disponibilidades de servidores, até a era FHC, com mais de dois mil dias de salários congelados.

Lula justificou a esperança, quando a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, no Ministério do Planejamento, em fevereiro de 2003, indicou uma mudança de postura nas relações entre governo e servidores com o propósito de evitar conflitos. Ilusão, pois as dificuldades nas negociações continuaram e as greves voltaram a acontecer no INSS, nas universidades, no INCRA, SPU, AGU, Peritos do INSS e, neste ano, a mais prolongada no Ministério do Trabalho e Emprego, com claro prejuízo para a população.

Em 2003, após um movimento grevista, o governo foi obrigado a negociar e pagar os 47,11% do PCCS aos servidores do INSS. Para o Ministério da Saúde somente foi

negociado na greve de 2005, pagos em 12 parcelas, durante longos seis anos.

Em 2008 o governo adotou uma política de reajustes diferenciados por categoria, sob a justificativa de que o linear não evitaria as distorções históricas percebidas ao longo dos anos para o conjunto dos servidores. As alterações foram feitas também de forma diferenciada, ora pelas gratificações de desempenho ou gratificações fixas, ora pelo vencimento básico.

Para o INSS o acordo além de criar duas tabelas, uma de 40 horas e outra de 30 horas, definiu-se pela criação de dois Grupos de Trabalho (GT), sendo um no Ministério da Previdência para discutir a regulamentação da GDASS e a Jornada de Trabalho; e outro no INSS para discutir a implantação da Carreira.

Para a Carreira da Seguridade Social definiu-se pela criação de um GT, cuja proposta era discutir a Racionalização dos Cargos; Classes e Padrões; Progressão e Promoção; Desenvolvimento; Amplitude; Avaliação de Desempenho e Qualidade dos serviços prestados e especificidades dos órgãos integrantes da

PST.

Passado o período de negociações, os saldos deixados foram de insatisfação e revolta na categoria, pois os GT's não cumpriram os objetivos e os problemas não foram resolvidos, mesmo com os constantes chamamentos das entidades para a continuidade das negociações, conforme os Acordos assinados em 2008.

No final do ano passado, o ministro Paulo Bernardo acendeu uma luz, quando admitiu a necessidade de revisar as tabelas do Ministério da Saúde, mas a apagou logo no início do ano, quando se negou a conversar sobre o assunto. O resultado foi a proposta indecente, imoral, humilhante e discriminatória apresentada em junho que foi, solenemente, recusada pelos trabalhadores.

Com essa proposta, o Governo Lula encerra o mandato deixando para o próximo governo a responsabilidade de resolver os problemas da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, que, como queremos, não envolvem apenas a revisão urgente das tabelas salariais do Ministério da Saúde, mas os outros pontos acima relacionados.

Conselho Fiscal analisa e aprova despesas do SINTFESP-GO/TO nos anos de 2008 e 2009

Confira, a seguir, o balanço das contas da entidade

DEMONSTRATIVO ANUAL DE 2008 DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDENCIA GO/TO CNPJ: 25.105.669/0001-79

I- ORIGEM DOS RECURSOS		
SALDO ANTERIOR:		
DISPONÍVEL EM CAIXA E BANCO(01/01/2008)	R\$ 140.532,43	
RECEITAS:		
A.01 - Receitas c/ Mensalidade dos Associados	R\$ 447.312,99	
A.02 - Receitas c/ Arrecadação da Sede Recreativa	R\$ 17.625,00	
A.03 - Receitas c/ Rendimentos em Aplicações(Poupança)	R\$ 7.003,29	
A.04 - Receitas c/ Receitas Eventuais	R\$ 8.100,00	
A.05 - Receitas c/ Recuperação de Despesas	R\$ 4.002,08	
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 484.043,36	
TOTAL DAS RECEITAS +SALDO ANTERIOR	R\$ 624.575,79	
Contas a Pagar (Fornecedores)	R\$ 3.101,62	
TOTAL GERAL	R\$ 627.677,41	
II- APLICAÇÃO DOS RECURSOS:		
II.- GASTOS		
B.01- Despesas c/ Pessoal (Salários, Férias,13º Salário, Rescisões)	R\$ 93.800,57	
B.02- Despesas c/ Encargos Sociais(FGTS,INSS, PIS,IRRF,ISS)	R\$ 46.954,81	
B.03- Despesas c/ Ticket Refeição	R\$ 6.680,50	
B.04- Despesas c/ Vale Transporte(Sit Pass)	R\$ 9.161,10	
B.05- Despesas c/ Ajuda de Custo	R\$ 6.698,70	
B.06- Despesas c/ Assessoria Contábil	R\$ 10.920,00	
B.07- Despesas c/ Assessoria Jurídica	R\$ 40.760,93	
B.08- Despesas c/ Assessoria de Comunicação	R\$ 4.000,00	
B.09- Despesas c/ Prestação de Serviços Eventuais	R\$ 12.219,40	
B.10- Despesas c/ Processamento de Dados	R\$ 660,00	
B.11- Despesas c/ Transportes e Viagens(sede)	R\$ 7.034,96	
B.12- Despesas c/ Material de Consumo	R\$ 13.656,19	
B.13 -Despesas c/ Água e Energia Elétrica	R\$ 3.978,95	
B.14- Despesas c/ Telecomunicações	R\$ 18.803,37	
B.15- Despesas Postais	R\$ 9.517,83	
B.16- Despesas c/ Taxas e Impostos	R\$ 1.855,60	
B.17- Despesas c/ Manutenção de Veículos	R\$ 19.115,12	
B.18- Despesas Judiciais(Fotocópias e custas)	R\$ 3.001,07	
B.19- Despesas c/Manutenção de Maq e Equipamentos	R\$ 389,99	
B.20- Despesas c/ Manutenção e Reparos da Sede	R\$ 2.501,09	
B.21- Despesas c/ Donativos	R\$ 3.291,03	
B.22- Despesas c/ Confraternizações	R\$ 15.806,06	
B.23- Despesas c/ Transportes/Táxi	R\$ 3.095,85	
B.24- Despesas c/ Lanches e Refeições	R\$ 5.913,87	
B.25- Despesas c/ Vale Refeição	R\$ 5.984,94	
B.26- Despesas c/ Medicamentos	R\$ 368,30	
B.27- Despesas c/ Devolução p/Filiados	R\$ 315,40	
B.28- Despesas c/ Sites e Provedor Internet	R\$ 319,50	
B.29- Despesas c/ Arquivamento de Dados	R\$ 800,00	
B.30- Despesas c/ Fotocópias/Autenticações	R\$ 52,00	
B.31- Despesas c/ Monitoramento de Alarme	R\$ 314,50	
B.32- Despesas c/ Franquia Maq.Xerox	R\$ 1.356,75	
B.33- Despesas c/ Assinatura de Jornais e Revistas	R\$ 695,00	
B.34- Despesas c/ Viagens de Advogados	R\$ 31.315,93	
B.35- Despesas c/ Juros e Multas	R\$ 332,80	
B.36- Despesas c/ Eleições	R\$ 704,16	
B.37- Despesas c/ Encontros/Seminários/Congressos/Reuniões	R\$ 18.351,65	
B.38- Despesas c/ Divulgação e Publicidade	R\$ 14.667,17	
B.39- Despesas Filiações(CUT/DIEESE/FENASP)	R\$ 53.807,19	
B.40- Despesas Bancárias	R\$ 1.232,68	
B.41- Aquisição de Móveis e Utensílios	R\$ 4.249,66	
B.42- Aquisição de 01 veículo	R\$ 43.806,07	
B.43- Depreciação	R\$ 25.782,96	
B.44- Edificações/Reforma da Sede	R\$ 19.361,10	
TOTAL DESPESAS DA SEDE ADMINISTRATIVA	R\$ 563.634,75	
TOTAL DESPESAS DA SEDE RECREATIVA	R\$ 21.255,53	
TOTAL APLICAÇÃO DOS RECURSOS	R\$ 584.890,28	
II.- SALDO DISPONÍVEL BANCOS E CAIXA(31/12/2008)		
	R\$ 42.787,13	
Goiânia, Janeiro de 2009.		
Terezinha de Jesus Aguiar Organização Política Sindical	João Augusto Neto Administração e Finanças	Luciene Pereira Lemes Tec.Contabilidade CRC /Go 010.505/O-5

DEMONSTRATIVO ANUAL DE 2009 DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA GO/TO

CNPJ: 25.105.669/0001-79

I- ORIGEM DOS RECURSOS	
SALDO ANTERIOR:	
DISPONÍVEL EM CAIXA E BANCO(01/01/2009)	R\$ 42.787,13
RECEITAS:	
A.01 - Receitas c/ Mensalidade dos Associados	R\$ 611.950,12
A.02 - Receitas c/ Arrecadação da Sede Recreativa	R\$ 18.376,50
A.03 - Receitas c/ Rendimentos em Aplicações(Poupança)	R\$ 1.363,36
A.04 - Receitas c/ Receitas Eventuais	R\$ 3.041,53
A.05 - Receitas c/ Recuperação de Despesas	R\$ 1.210,84
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 635.942,35
TOTAL DAS RECEITAS +SALDO ANTERIOR	R\$ 678.729,48
Contas a Pagar (Fornecedores)	R\$ 6.809,35
TOTAL GERAL	R\$ 685.538,83
II- APLICAÇÃO DOS RECURSOS:	
II.- GASTOS	
B.01- Despesas c/ Pessoal (Salários, Férias,13º Salário,Rescisões)	R\$ 87.455,61
B.02- Despesas c/ Encargos Sociais(FGTS,INSS, PIS,IRRF,ISS)	R\$ 49.047,38
B.03- Despesas c/ Ticket Refeição	R\$ 8.026,27
B.04- Despesas c/ Vale Transporte(Sit Pass)	R\$ 11.673,45
B.05- Despesas c/ Ajuda de Custo	R\$ 10.077,97
B.06- Despesas c/ Assessoria Contábil	R\$ 9.855,00
B.07- Despesas c/ Assessoria Jurídica	R\$ 50.166,86
B.08- Despesas c/ Assessoria de Comunicação	R\$ 31.131,52
B.09- Despesas c/ Prestação de Serviços Eventuais	R\$ 6.566,16
B.10- Despesas c/ Processamento de Dados	R\$ 1.419,80
B.11- Despesas c/ Transportes e Viagens(sede)	R\$ 3.559,98
B.12- Despesas c/ Material de Consumo	R\$ 28.318,01
B.13 -Despesas c/ Água e Energia Elétrica	R\$ 5.088,81
B.14- Despesas c/ Telecomunicações	R\$ 20.621,60
B.15- Despesas Postais	R\$ 10.921,23
B.16- Despesas c/ Taxas e Impostos	R\$ 1.719,33
B.17- Despesas c/ Manutenção de Veículos	R\$ 22.667,31
B.18- Despesas Judiciais(Fotocópias e custas)	R\$ 6.913,45
B.19- Despesas c/Manutenção de Maq e Equipamentos	R\$ 3.121,46
B.20- Despesas c/ Manutenção e Reparos da Sede	R\$ 14.787,80
B.21- Despesas c/ Donativos e Contribuições	R\$ 13.524,18
B.22- Despesas c/ Confraternizações	R\$ 11.592,56
B.23- Despesas c/ Transportes/Táxi	R\$ 2.769,60
B.24- Despesas c/ Lanches e Refeições	R\$ 11.360,09
B.25- Despesas c/ Vale Refeição	R\$ 5.711,69
B.26- Despesas c/ Devolução p/Filiados	R\$ 1.128,97
B.27- Despesas c/ Sites e Provedor Internet	R\$ 2.734,09
B.28- Despesas c/ Monitoramento de Alarme	R\$ 660,00
B.29- Despesas c/ Franquia Maq.Xerox	R\$ 650,00
B.30- Despesas c/ Reforma (mão de obra)	R\$ 8.835,00
B.31- Despesas c/ Assinatura de Jornais e Revistas	R\$ 951,84
B.32- Despesas c/ Viagens de Advogados	R\$ 15.586,82
B.33- Despesas c/ Encontros/Seminários/Congressos/Reuniões	R\$ 27.061,05
B.34- Despesas c/ Divulgação e Publicidade	R\$ 22.053,97
B.35- Despesas Filiações(CUT/DIEESE/FENASP)	R\$ 83.224,58
B.36- Despesas Bancárias	R\$ 288,68
B.37- Aquisição de Móveis e Utensílios	R\$ 2.130,00
B.38- Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R\$ 8.476,39
B.39- Adiantamentos	R\$ 2.000,00
TOTAL DESPESAS DA SEDE ADMINISTRATIVA	R\$ 603.878,51
TOTAL DESPESAS DA SEDE RECREATIVA	R\$ 41.632,81
TOTAL APLICAÇÃO DOS RECURSOS	R\$ 645.511,32
II.- SALDO DISPONÍVEL BANCOS E CAIXA(31/12/2009)	
	R\$ 40.027,51

Goiânia, Janeiro de 2010.

Terezinha de Jesus Aguiar
Organização Política Sindical

João Augusto Neto
Administração e Finanças

Luciene Pereira Lemes
Tec.Contabilidade CRC /Go 010.505/O-5

MANDADO DE INJUNÇÃO nº 880

SINTFESP informa: primeiro passo é a conversão do tempo especial em tempo comum



O SINTFESP, desde o início do ano, vem trabalhando junto ao Ministério da Saúde e ao INSS, para agilizar a contagem de tempo de serviço exercido em condições especiais para aposentadoria e assim implementar o mais rápido possível a vitória obtida no Mandado de Injunção nº 880 do SINTFESP-GO/TO para seus filiados.

No mês de julho o SINTFESP, por meio da sua Diretoria de Assuntos Jurídicos, realizou Seminário com os Assessores Jurídicos, Dr. Luis Fernando Silva e Dra.

Josilma Saraiva, sobre o MI 880 e seus desdobramentos para os servidores filiados em decorrência da edição da ON/SRH/MP nº 06. Em agosto, a direção do Sindicato promoveu também reunião entre a Assessora Jurídica, Dra. Josilma Saraiva, e o RH do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS/GO) para buscar esclarecimentos sobre a aplicação da ON SRH/MP 06 por aquele Ministério em Goiás.

Durante a reunião ficou acordado que o NEMS-GO aplicará a ON/SRH/MP nº 06, sem necessidade do servidor apresentar documentos comprobatórios do tempo exercido em condições especiais, uma vez que, o próprio Ministério detém essas informações. Para tanto, o SINTFESP orienta seus filiados, que ainda não requereram a contagem do tempo de serviço laborado em condições especiais, a retirarem na sede do Sindicato o requerimento para protocolarem no NEMS-GO.

A direção do SINTFESP alerta a todos os filiados a requerer, primeiramente, conversão do tempo especial, em tempo comum.

Orientação Normativa 06/2010 Interpretação do SRH/MP

No início de junho, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento editou a Orientação Normativa 06/10 estabelecendo o que entende como orientações para a concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos federais que estão amparados por Mandado de Injunção (MI), para reconhecer esse direito exercido após o período pós 90, conforme entendimento do STF.

A Norma uniformiza os procedimentos a serem seguidos pelos órgãos e entidades federais integrantes do Sistema de Pessoal Civil da União (SIPEC) e estabelece que estão contemplados com o MI aqueles servidores que acionaram individualmente a justiça e, enquanto houver omissão legislativa, aqueles que foram substituídos pelos seus Sindicatos, Federações e/ou Confederações, em ações coletivas.

Tempo especial em tempo comum

Será admitido para fins de conversão em tempo comum, o tempo de serviço exercido em condições especiais, a partir de 1º de janeiro de 1981. No caso de conversão de tempo insalubre, fica assegurado a conversão até 11/12/1990, conforme decisão judicial, relativo aos servidores originários do regime CLT.

E mais: o tempo de serviço exercido em

condições especiais será convertido em tempo comum utilizando-se os fatores de conversão de 1,2 para mulher e de 1,4 para homem. Esta conversão poderá ser utilizada para revisão de abono de permanência e da aposentadoria, devendo o requerimento de revisão ser anexado ao antigo processo, evitando-se a abertura de um novo processo.

Conversão do tempo especial em tempo comum

Para a concessão da aposentadoria especial, a ON não considera a contagem de tempo em dobro da licença-prêmio nem a desaverbação do tempo utilizado para a concessão de um benefício de aposentadoria. Considera, entretanto, os afastamentos do trabalho a título de férias, casamento, luto, ou licenças para tratamento da própria saúde, à gestante, em decorrência de acidente de trabalho ou prestação eventual de serviço, por prazo inferior a trinta dias, em localidade não abrangida pelo Decreto-Lei nº 6.887, como tempo de serviço especial.

Proventos

O provento decorrente da aposentadoria especial será calculado conforme o estabelecido na Lei nº 10.887/2004, ou seja, pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, atualizadas pelo INPC, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela até o mês da concessão da aposentadoria. Nesta Lei, o servidor perderá a paridade e a integralidade e os seus proventos passarão a ser reajustados na mesma data que as aposentadorias do RGPS.

O SINTFESP ALERTA:

1 O servidor deve procurar o SINTFESP para obter todas as informações acerca da conversão do tempo especial em tempo comum. No sindicato, o filiado terá acesso ao formulário próprio que deverá ser preenchido para solicitar a conversão.

2 A Direção do SINTFESP informa que somente tem condições de acompanhar os processos protocolados via Assessoria Jurídica do Sindicato.

3 De acordo com ON nº 06, de 22/06/10 do SRH/MPOG somente farão jus os servidores contemplados, individualmente, e aqueles substituídos em ações coletivas. O SINTFESP é preponente do MI-880, portanto tem direito somente seus filiados.

Ministério da Previdência complica encaminhamentos para a conversão de tempo exercido em condições especiais

O INSS vem aplicando a Instrução Normativa do MPS nº 01, da Secretaria de Políticas da Previdência Social, exigindo documentos que comprovem as atividades exercidas sob condições especiais para proceder o enquadramento e a concessão do benefício. Dentre esses documentos estão: o formulário de informações sobre atividades exercidas em condições especiais (SB-40, DISESBE 5253, DSS-8030 ou DIRBEN 8030, emitidos até 31 de dezembro de 2003, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), exigido a partir de 01 de janeiro de 2004); Laudo Técnico de Condições Ambientais do

Trabalho (LTCAT), e o parecer da perícia médica, em relação ao enquadramento por exposição a agentes nocivos.

Terezinha Aguiar, diretora de Organização do SINTFESP, comentou sobre a Instrução Normativa. "O INSS vai expedir um documento ao servidor, que será devolvido para provar que trabalhou em condições insalubres, ou seja, o INSS avaliará o documento por ele próprio produzido. No mínimo é uma atitude que só poderá prejudicar o servidor, retardando seus direitos", declara.

SINTFESP alerta servidores sobre regras para concessão de aposentadoria

Após a Emenda Constitucional nº 20 (EC 20), de dezembro de 1998, o principal critério para a concessão da aposentadoria passou a ser o tempo de contribuição. Antes, essa concessão era feita com base no cumprimento do tempo de serviço, que para a aposentadoria integral era de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres, ou por meio da aposentadoria proporcional aos 30 anos para homens e 25 anos para mulheres. Nesta época, a aposentadoria e as pensões eram integrais e a paridade entre ativos e aposentados era garantida.

Ao contrário do que o INSS divulga, atualmente, além da EC 20, existem também as Emendas Constitucionais nº 41/2003 e 47/2005 que regulamentam o sistema previdenciário dos servidores.

Como podemos perceber no formulário ao lado, o Instituto fornece 11 diferentes possibilidades de requerer a aposentadoria. O SINTFESP alerta todos os trabalhadores em relação a este documento, que não dispõe de possibilidades de enquadramento do art. 3 da EC 47/2005 e evidencia ainda que o próprio servidor, ao requerer sua aposentadoria, inclua esta possibilidade em seu requerimento. Diante disso, o sindicato apresenta abaixo um resumo com a descrição das regras atuais para a aposentadoria do servidor que garantem a paridade e integralidade do salário, além de destacar quais são as formas que acarretam perda de paridade, mas ressalta que é de responsabilidade do RH local orientar o servidor para o enquadramento na legislação.

Formulário do INSS indica 11 opções sendo que existem somente 3

Formas de Aposentadoria

Opções que garantem paridade e integralidade do salário

Opção pelo art. 3º da EC nº 47/2005 (para servidores admitidos até 16/12/1998)

- 30 anos (mulher) e 35 anos (homem) de tempo de contribuição.
- 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) de idade mínima, com redução de um ano para cada ano a mais de contribuição acima de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem).
- 25 anos de trabalho no Serviço Público, 15 anos de carreira e 5 anos no cargo.
- Fórmula: a idade e o tempo de contribuições somadas devem totalizar 85 (mulher) e 95 (homem).
- Pagamento do abono de permanência se atender às exigências para a aposentadoria.
- Pensões: contemplada a paridade (Parágrafo Único, art. 3, EC 47)

Valor da aposentadoria:
paridade e integralidade do salário

Opção pelo art. 6º da EC nº 41/2003 (para servidores admitidos até 31/12/2003)

- 30 anos (mulher) e 35 anos (homem) de tempo de contribuição.
- 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) de idade mínima.
- 20 anos de trabalho no Serviço Público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo.

Valor da aposentadoria:
paridade e integralidade plenas do salário.

- Pensões: limitadas ao teto do RGPS (R\$ 2.801,82).
- Pagamento do abono de permanência se atender às exigências para a aposentadoria.

Opção pela Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998

Perda de Paridade

- Opção pelo art. 2º da EC nº 41/2003 (para servidores admitidos até 16/12/1998)
- Opção pela EC nº 41/2003 (para servidores admitidos a partir de 01/01/2004)
- Opção pelo Regime Geral da Previdência
- Opção pela Lei nº 10.887 de 16/06/2004 (Regula aposentadorias concedidas com base no art. 40, § 3, da Constituição Federal, e art. 2º da EC nº 41)

GEAP - Nova composição do Confis é decidida por eleição

Durante o mês de junho, a Comissão Eleitoral Nacional do Conselho Fiscal (Confis) realizou eleição para eleger os representantes dos assistidos do Ministério da Saúde, inscritos na Fundação de Seguridade Social - GEAP, para integrarem o Conselho, órgão de controle interno, que tem como principal competência, analisar as demonstrações contábeis da Fundação. A chapa 1, composta pelas servidoras Leonilde Silva e Francisca Alves de Souza, foi vencedora com 71 votos válidos e tomou posse no dia 30 de junho na Geap - DF.

A nova titular Leonilde Silva é servidora pública federal, lotada no Hospital Universitário Materno Infantil e reside em São Luís/MA. Já a suplente Francisca Alves de Souza é servidora pública federal aposentada e moradora de Recife/PE. Ambas terão mandato de quatro anos, com término em 30/06/2014.

ATENÇÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE!

28,86%: SINTFESP exige pagamento a todos os filiados

O processo de 28,86%, Mandado de Segurança, está em fase de execução, ou seja, apuração dos cálculos para averiguação de quanto o servidor tem direito a receber. Neste caso, vai para precatório o valor maior de 60 salários mínimos e Requisição de Pequeno Valor (RPV) para os valores menores de 60 salários mínimos. O SINTFESP já está analisando estes valores. No entanto, como há controvérsias acerca do valor do crédito devido à categoria, as planilhas apresentadas pelo SINTFESP e AGU passarão por análise do Superior Tribunal de Justiça.

Enquanto o Sindicato defende que todos os filiados têm direito a receber os 28,86%, acrescidos de juros, como determina a sentença judicial, a União ofereceu uma planilha com valores bem inferiores ao que é devido, excluiu todos os servidores do nível superior; além dos 330 servidores, aproximadamente, que estão no processo da Ação Ordinária, sob a alegação de litispendência. A Assessoria Jurídica fez um recurso defendendo o direito dos servidores a receber o que tem direito na execução do processo de Mandado de Segurança. Portanto, o Sindicato ainda aguarda decisão do recurso.

DATAS, lutas

1993

- Governo Federal concede reajuste de 28,86% somente aos servidores militares, contrariando o princípio da isonomia de vencimentos.
- SINTFESP entra na justiça para assegurar reajuste a seus filiados.

1998

- Justiça reconhece, em 1998, direito aos servidores ao reajuste de 28,86%.

2010

- Ação ordinária ajuizada na 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás - Suspensa para aguardar o julgamento de recursos de apelação feitos pela AGU-GO ao TRF-1ª região 2ª.
- Instância em Brasília com alegação de prescrição do prazo de execução.
- Mandado de Segurança - Aguarda julgamento dos embargos à execução protocolados pela União Federal. SINTFESP apresentou petição contrapondo e reafirmando direito de todos filiados ao recebimento com correção monetária e juros de 1% ao mês. Autos conclusos aguardando posição da Relatora Ministra Laurita Vaz.

Alteração da Contribuição Sindical

Em junho de 2007, o SINTFESP realizou o 2º Congresso Estadual da entidade quando foram aprovadas algumas alterações no estatuto do Sindicato, inclusive referente à Contribuição Sindical. Naquela época, a base de cálculo, que se encontrava defasada desde junho de 94, era de 2% sobre o vencimento (VB). Este longo período esteve marcado pelo congelamento dos salários da Era FHC, época reconhecida pela falta de investimentos, a não ser na manutenção e financiamento da luta política das greves da entidade em 2001, 2003 e 2005, custeadas por contribuições extras dos filiados.

Uma outra fase enfrentada pela Direção do Sindicato, desde 2007, foi o impedimento de acesso ao

Sistema Integrado de Administração (SIAPE), enquanto o Ministério do Planejamento estava recadastrando todas as entidades conveniadas. Somente em agosto de 2009, por meio de uma parceria com o RH no Núcleo do Ministério da Saúde em Goiás (NEMS), que o SINTFESP conseguiu atualizar a contribuição dos filiados da Saúde. Entretanto, somente neste mês de setembro foi possível finalmente proceder à atualização para os filiados do INSS.

Base de Cálculo

A mensalidade sindical está prevista no artigo 102 e corresponde a 0,65% sobre a remuneração do

servidor. O parágrafo Único do estatuto dispõe para efeito do desconto sobre a remuneração, o vencimento básico ou provento do sindicalizado, acrescido de vantagens pecuniárias estabelecidas em Lei de caráter permanente ou não, excluindo o auxílio pré-escolar, auxílio alimentação, adicionais noturno/periculosidade, salário-família, vale-transporte, décimo terceiro e 1/3 de férias e os 20 pontos da avaliação individual da GDASS-INSS e 20 pontos da GDAST- da Ministério da Saúde.

Andamento das Ações



ACÇÃO	Nº PROCESSO	ANDAMENTO	ACÇÃO	Nº PROCESSO	ANDAMENTO
MINISTÉRIO DA SAÚDE			INSS		
Processo 28,86%	Ação Ordinária Coletiva nº 1998.35.00.002585	São 33 processos coletivos, com 10 pessoas cada, em fase de execução. Processo no TRF1 com embargos, sob alegação de prescrição da execução. Foi solicitada a juntada dos 33 processos para julgamento único.	Precatório	Nº 1997.00.003072-7	Precatório já pago desde fevereiro de 2006, contudo, ainda restam seis demandas em curso.
	Ação Ordinária nº 1997.35.00.003073-0	Processo de 226 pessoas concluso para execução e liquidação.	28,86%	Nº 1998.35.00.013802-4	Processo em grau de apelação por parte do INSS referente aos cálculos, Assessoria fez recurso de apelação e aguarda sentença do Juiz.
	Ação ordinária nº 1998.35.00.013801-1	Processo de 26 pessoas concluso para execução e liquidação.	INSS		
	Mandado de Segurança nº 3099	Aguarda julgamento do STF. Foi feito recurso, com vistas a garantir a elaboração das planilhas para os servidores de nível superior que têm direito a receber.	Anuênios	Processo coletivo, nº 199.35.00.005950-3, com aproximadamente 1.200 pessoas INSS	Sentença Judicial autoriza o SINTFESP-GO/TO para execução e liquidação do processo favorável a todos as pessoas constantes no processo desde 04/06/2008. Está sendo feito o levantamento de todas as fichas financeiras para elaboração das planilhas de cálculos separadamente para quem não fez bem com os que fizeram acordo. Para todos os servidores relacionados no processo, serão encaminhados a procuração e o contrato de honorários para a efetiva apresentação à justiça dos cálculos. Comunicamos também que os referidos cálculos serão todos, a partir deste processo, em Goiânia. Outra novidade é que as planilhas individuais não ultrapassam na sua grande maioria de servidores os 60 salários mínimos (R\$ 30.000,00). Isto quer dizer que o pagamento é através de RPV e não com indicação de Precatório, o que traduz mais agilidade no recebimento dos valores individuais. Prazo para conclusão e apresentação em juízo deve ser até abril de 2011, por isso quanto antes o servidor devolver os dois documentos assinados,